



CONTRATO Nº 143/2016

Contrato administrativo de serviço temporário de excepcional interesse público que entre si celebram o Município de Chapada e o Sr^o. Maria Inês Nogueira, com base no art. 37, IX, da Constituição Federal e na Lei Municipal nº. 2.766/2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Chapada, representado por seu Prefeito, Sr. Carlos Alzenir Catto, brasileiro, casado, CPF nº. 354.948.240/04 residente e domiciliado na cidade de Chapada - RS, a seguir denominado CONTRATANTE e a Sr^a. **Maria Inês Nogueira**, brasileiro, CPF nº. 001.122.290-50, residente e domiciliado na Localidade de São Francisco, neste município de Chapada (RS), doravante identificado por CONTRATADO, tem certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente CONTRATO visa atender necessidade emergencial de excepcional interesse público, sendo que o contratado trabalhará para a CONTRATANTE na função Agente Comunitária de Saúde, conforme autorização contida na Lei Municipal nº. 2.766/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelo serviço acima mencionado e prestado, a CONTRATADA perceberá remuneração de R\$ 1.065,51 (Um mil e sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) mensais, adicional de insalubridade em grau médio de 20 % (vinte por cento) e vale alimentação no valor de R\$ 190,96 (cento e setenta e um reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - A Jornada de trabalho da CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA QUARTA - O presente contrato vigorará de 13 de junho de 2016 até 30 de março de 2017, inclusive, em cujo término, poderá a critério da administração ser renovado por mais um (1) ano.

CLÁUSULA QUINTA - Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, previsto na cláusula anterior, deverá avisar à outra com antecedência mínima de 30 dias, sob pena de indenizar o período respectivo, se não trabalhado.

CLÁUSULA SEXTA - O presente contrato será rescindido pelo CONTRATANTE, sem que a CONTRATADA caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se a CONTRATADA incidir em qualquer das



faltas arroladas do Estatuto dos Servidores – Lei Complementar nº. 005, de 28 de julho de 2010, como puníveis com a pena de demissão.

CLÁUSULA SÉTIMA - É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão a CONTRATADA nos casos e termos previstos no Estatuto dos Servidores – Lei Complementar nº. 005/2010, de 28 de julho de 2010.

CLÁUSULA OITAVA - As situações e casos não expressamente tratados neste contrato, regem-se pelo disposto no Estatuto dos Servidores – Lei Complementar nº. 005/2010, de 28 de julho de 2010.

CLÁUSULA NONA - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária - Contratação por Tempo Determinado.

04	SECRETARIA DA SAÚDE
0401 10 301 0107 2008	PACS E PSF
0401 10 301 0107 2008 31900400000000 4520 0	3568.8 CONTRATAÇÃO TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Carazinho para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Chapada RS, 14 de junho de 2016, Gabinete do Prefeito Municipal.

Carlos Alzenir Catto
Prefeito Municipal

Maria Inês Nogueira
Contratada

Testemunhas:

Deise Maria Vogt

Angela Cristina Klein Gross